Página 13

Nº 81 OUT-NOV/09

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

A hora das presidentas

Em 2010 elegeremos uma mulher de esquerda para presidenta da República. Em 2009, elegeremos uma mulher de esquerda para a presidência do PT. pág. 7

Leia também nesta edição:

Página 13 agora também em versão eletrônica:

EDITORIAL

Faltam poucos dias para as eleições diretas da nova direção do PT. O primeiro turno será em 22 de novembro, o segundo turno em 6 de dezembro. Oito chapas e seis candidaturas à presidência nacional disputam o voto de 1 milhão e 350 mil filiados aptos a votar. É importante que o número de votantes supere o alcançado nos processos anteriores, de 2001, 2005 e 2007 (204 mil, 314 mil e 303 mil votantes).

A Articulação de Esquerda, tendência petista fundada em 1993 e responsável pela edição do jornal *Página 13*, disputou ativamente os últimos processos de eleição direta das direções partidárias.

Em 2001, quando lançamos Júlio Quadros à presidência nacional do PT, obtivemos 31.031 votos (15,2%); nossa chapa, denominada “Socialismo ou Barbárie”, conseguiu 32.247 votos (15,7%). Em 2005, com Valter Pomar candidato à presidência, recebemos 42.911 votos (14,6%); nossa chapa, denominada “A esperança é vermelha”, obteve 32.767 votos (11,8%). Em 2007, novamente com Valter Pomar, alcançamos 36.401 votos (12%); nossa chapa alcançou 34.384 (11,8%).

Em comparação com o PED 2007, uma novidade importante é a aliança entre as chapas “Esperança é Vermelha” e “Militância Socialista”, e que agora se apresentam unificadas na chapa Esquerda Socialista (número 220) e no apoio à candidatura presidencial de Iriny Lopes (número 120). Em 2007, a chapa Militância Socialista teve 14.294 votos (4,9%) e seu candidato a presidente, Gilney Viana, obteve 11.251 votos (3,7%) .

*

Esquerda Socialista e Iriny Lopes têm defendido, no debate do PED 2009, duas idéias centrais: a defesa do programa democrático popular, de reformas estruturais articuladas com nossa estratégia socialista; e a defesa de um partido protagonista, socialista, dirigente, democrático e articulado com as lutas sociais.

*

Este Página 13 contém a edição de outubro (totalmente dedicado ao PED) e a edição de novembro (cobrindo a pauta política).

Aproveitamos para lembrar os militantes da Articulação de Esquerda de três agendas importantes: o curso nacional de formação (de 29 de novembro a 13 de dezembro), a reunião da direção nacional da AE (dias 12 e 13 de dezembro) e a plenária nacional (dia 21 de fevereiro).

Os editores

FORMAÇÃO

4ª Jornada Nacional de Formação Política da AE

De 29/11 a 13/12/2009 – Instituto Cajamar - São Paulo

Curso 1 - de 29/11 a 06/12: Estudo das Resoluções da Articulação de Esquerda

- **Dia 29/11 – Domingo**
  -História da Luta pelo Socialismo (1848-1917 e Revolução Russa)
- **Dia 30/11 – Segunda**
  -História da Luta pelo Socialismo (Revolução Chinesa, Revolução Cubana, a Unidade Popular no Chile)
- **Dia 01/12 – Terça**
  -História da Luta pelo Socialismo (o momento atual)
  -Resoluções da X Conferência da AE - Socialismo/Estratégia/Bloco Histórico
- **Dia 02/12 – Quarta**
  Resoluções da X Conferência - A questão do Programa e do Partido
- **Dia 03/12 – Quinta**
  -Feminismo e Luta Socialista
  -Aspectos gerais da formação econômica e social brasileira
  -História do Brasil (1888/89 a 1930)
- **Dia 04/12 – Sexta**
  -História do Brasil (1930 a 1964; 1964 a 1980)
  -História do PT (1980-2009) e da AE (1993-2009)
- **Dia 05/12 – Sábado**
  -Governo Lula – história, balanço preliminar, perspectivas 2010 e próximos anos
- **Dia 06/12 – Domingo**
  -Avaliação e encerramento

Curso 2 - de 7/12 a 13/12: Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina e no Brasil

- **Dia 7/12, segunda**
  -Situação atual, panorama da conjuntura internacional, com ênfase na América Latina
- **Dia 8/12, terça e 9/12, quarta**
  -Desenvolvimento capitalista no Brasil
- **Dia 10/12, quinta**
  -Modo de produção capitalista e história do continente latino-americano
- **Dia 11/12, sexta**
  -Programa e estratégia democrático popular e socialista no Brasil sob a perspectiva da luta das mulheres
  -Programa e estratégia democrático popular e socialista nas condições da luta de classe no Brasil atual
- **Dia 12/12, sábado**
  -Análise crítica do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia
- **Dia 13/12, domingo**
  -Avaliação e encerramento

Curso 3 - de 7/12 a 13/12: Propaganda Ideológica, Política e Eleitoral

- **Dia 7/12, segunda**
  -Diagnóstico da Conjuntura Eleitoral Nacional
- **Dia 8/12, terça**
  -Tática da Campanha Dilma e Programa 2011-2014
- **Dia 9/12, quarta**
  -Oficina – Painel das Candidaturas estaduais (majoritárias e proporcionais)
- **Dia 10/12, quinta**
  -Estudo teórico das questões da comunicação e propaganda
- **Dia 11/12, sexta**
  -Oficina sobre campanhas eleitorais (planejamento, etapas, ferramentas)
- **Dia 12/12, sábado**
  -Análise crítica do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia
- **Dia 13/12, domingo**
  -Avaliação e encerramento

Curso 4 - de 10/12 a 13/12: Feminismo e Luta Socialista

- **Dia 10/12, quinta**
  -A teoria feminista e os feminismos
  -Feminismo socialista
  -Oficina - Relações de poder e patriarcado
- **Dia 11/12, sexta**
  -Relações de poder e patriarcado
  -Relações sociais de gênero e relações sociais de sexo – ser homem e ser mulher: uma construção social.
  -Espaços público e privado - O papel da família na reprodução social da vida e no processo de produção capitalismo – Trabalho doméstico.
- **Dia 12/12, sábado**
  -O papel das mulheres nos diferentes modos de produção (com ênfase no capitalismo), o tipo de estado e o lugar das mulheres;
  -Os direitos e o papel das mulheres nas experiências socialistas e no “estado de bem-estar social”, os direitos das mulheres (sociais, civis, econômicos e sexuais/reprodutivos) sob o capitalismo;
- **Dia 13/12, domingo**
  -Políticas públicas - limites e desafios, histórico e implementação
  -Histórico do Movimento de Mulheres no Brasil e no mundo

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Talita Cardoso (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves
e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,160 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Diferenças entre essência e aparência

*Flávio Loureiro**

A assinatura do pré-compromisso entre o PT e o PMDB deve ser tratada pelo que é, não pelo que parece ser ou pelo que alguns gostariam que fosse. A possível aliança (pois por enquanto estamos diante de um pré-compromisso, com fortes opositores internos no próprio PMDB) é um desdobramento de um dilema político enfrentado pelo governo Lula desde o início de 2003.

Naquela época, ao optar por uma estratégia institucional de governabilidade (descartando a priori lançar mão da mobilização social), o núcleo duro do governo se dividiu entre duas alternativas: ou uma aliança com o PSDB, ou uma aliança com o PMDB.

A maioria daquele núcleo duro defendia uma aliança estratégica com o tucanato. Esta opção comportava uma clara visão programática de condução do país, a favor da qual militavam o ministro da Fazenda Antonio Palocci, o presidente do Banco Central Henrique Meireles, além do Luís Gushiken.

A aliança com o tucanato era um desdobramento lógico das intenções contidas na "Carta aos Brasileiros", lançada entre o primeiro e o segundo turnos da eleição presidencial, com o objetivo de conter a fuga de capitais do país, estimulada pelo terrorismo político promovido pelo tucanato e pela grande mídia durante a campanha eleitoral, a respeito do significado da eleição de Lula.

Sob este ponto de vista, o PMDB era visto como uma ameaça patrimonialista ao processo de "modernização" do país, modernização iniciada no governo Collor, continuada nos oito anos de FHC e a qual Palocci tentou dar continuidade, através da lógica de ajuste fiscal, contenção de "gastos" públicos e produção de recordes de superávit primário para remunerar os rentistas e acalmar a banca internacional.

Como resultado da opção preferencial pelo PSDB, o PMDB foi excluído da primeira equipe ministerial, malgrado os esforços feitos pelo então ministro da Casa Civil, José Dirceu, em sentido contrário.

Mas, apesar de derrotada na opção pelo PMDB, a minoria comandada por Dirceu conseguiu bloquear uma aliança formal com o PSDB (opção que tampouco tinha apoios sólidos nas hostes tucanas). Daquele "empate" resultou a aliança com os pequenos partidos de centro-direita, que foi uma das origens da crise de 2005.

Aquela crise resultou no afastamento simultâneo de Gushiken, Palocci, Dirceu e Genoíno. Ou seja, saíram do governo os principais porta-vozes das duas estratégias de governabilidade institucional. Ao mesmo tempo, para salvar o governo e o PT, lançou-se mão de uma grande operação de mobilização social. Passada a crise e as eleições de 2006, voltou a prevalecer a lógica da governabilidade institucional. Mas, neste momento, estava fora de questão tanto depender do PSDB (que na crise de 2005 demonstrara seu verdadeiro caráter), quanto depender dos pequenos partidos de centro-direita. Resultado: o PMDB foi chamado a compor a base de sustentação do governo.

Curiosamente, o PMDB assumiu destaque no ministério ao mesmo tempo em que o governo Lula faz uma inflexão desenvolvimentista. Esta coincidência nos faz lembrar que o PMDB é caracterizado como atrasado, clientelista e fisiológico; mas não é a sua presença que explica as alianças com o mercado, o grande capital e o agronegócio, opções feitas pelo governo Lula, no seu primeiro estágio, e mantidas em menor escala, no seu estágio atual (pois Meirelles segue no Banco Central).

Logo, eleger a aliança com o PMDB como causa ou manutenção de uma estratégia conservadora ou moderada é simplificar o processo e fugir do verdadeiro debate, que permanece vivo e duro no interior do PT e do governo Lula, acerca de qual será o programa de governo do mandato Dilma.

Neste sentido, é melhor tratar a aliança com o PMDB tal como ela se afigura: eleitoral, principalmente preocupada com o tempo de televisão e com maioria congressual, agora e depois da eleição presidencial de 2010.

A aliança com o PMDB é resultado de uma opção de governabilidade meramente institucional, baseada numa determinada leitura da correlação de forças política ora existente no país e no mundo, apoiada na fragilidade que os episódios de 2005 legaram ao governo, pela virulenta oposição a ele (o governo) perpetrada pelo aparelhos de hegemonia (mídia, partidos, poder judiciário etc.) à disposição do conservadorismo brasileiro.

Diante desta situação, resta ao PT ter a inteligência da razão, para distinguir o que são os seus interesses, os do governo Lula, os do próprio presidente e os que são comuns a ambos, para promover uma política de redução de danos, que passa por defender o seu protagonismo político no processo eleitoral em curso, especialmente lançando candidaturas petistas ao governo de estados importantes, evitando alianças estaduais subalternas com o próprio PMDB. Enfim, fazer o contrário do que tem sido feito.★

***Flávio Loureiro** é jornalista

São Paulo: duas táticas

*Angélica Fernandes**

Em 2010, a disputa em São Paulo se apresenta mais uma vez como decisiva para o quadro nacional. O primeiro elemento desta afirmação se baseia no número de eleitores, que corresponde a cerca de 25% do contingente nacional. O segundo elemento diz respeito ao papel estratégico de São Paulo e Minas Gerais no cálculo de nossos adversários tucanos.

Os tucanos fizeram destes dois estados centros de resistência ao nosso projeto. Nestes dois governos estaduais têm arregimentado, ao lado da mídia conservadora e setores atrasados de nossa sociedade, forças para derrotar ou colocar em cheque as mudanças que temos implementado no Brasil.

A partir desta constatação, desenvolvem-se duas táticas opostas. Uma defende o lançamento de uma candidatura petista ao governo de São Paulo. Outra defende o apoio à candidatura de Ciro Gomes (PSB), que recentemente transferiu seu domicílio eleitoral para o estado.

A primeira tática parte de uma idéia simples: o PT conquistou, ao longo de 29 anos, uma condição protagonista na política paulista, polarizando desde meados dos anos 90 contra o PSDB.

Em 1998, com Marta Suplicy, por 80 mil votos não fomos ao segundo turno. Em 2000, ganhamos a eleição nas principais cidades do estado: São Paulo, Campinas, Guarulhos, Diadema, o que significou ter sob o comando do PT 51% da população paulista. Em 2002, a maré vermelha também chegou a São Paulo. Genoíno, que iniciou a disputa com 3% das intenções de voto, foi ao segundo-turno com Geraldo Alckmin. Nossa representação na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa também cresceu, a coligação elegeu 26 deputados estaduais e 18 deputados federal. Nas municipais de 2004, as opções feitas pelo governo Lula cobraram seu preço. Em 2006, apesar do aloprado escândalo, nosso candidato obteve 32% dos votos. Em 2008, embora com resultados inferiores aos de 2000, mantivemos a polarização com os tucanos e a condição de segundo partido.

Este protagonismo não é transferível, como supõe alguns. O Partido Socialista Brasileiro, aliado nosso em âmbito nacional, em São Paulo é parte da base de apoio do governo Serra. A liderança de fato de Serra na Assembléia Legislativa é ocupada por um deputado “socialista”. Com exceção ao PcdoB, os demais partido que compõem a base do governo Lula, aqui em São Paulo estão com Serra. Não conseguimos organizar com estes partidos um fórum de oposição consistente aos tucanos. Ciro Gomes, por mais identidade que tenha com nosso projeto nacional, não possui trajetória e legitimidade para se apresentar ao eleitorado como alternativa ao governo tucano em São Paulo.

Estes partidos, apesar de comporem o chamado Campo Democrático e Popular, são co-responsáveis pela destruição promovida pelo PSDB em São Paulo. Os tucanos por 15 anos têm promovido um fracasso sucessivo em áreas elementares da vida dos paulista: a educação e segurança pública. Na educação a situação é péssima, o governador é contra assinar o piso nacional dos professores, o desempenho dos alunos é um dos piores do país. Na segurança pública, não bastasse a leniência com o surgimento e implantação do crime organizado, os últimos dados apontam o aumento de índice de crimes no estado. Faltam políticas sociais, mas principalmente democracia, pois o governador é o mais truculento que ocupou o Palácio depois de Paulo Maluf, ao invadir universidades, enfrentar greves justas dos servidores e desmontar qualquer possibilidade de fiscalização do Estado. Tudo isto com complacência e blindagem da mídia conivente.

Por tudo isto, defender uma candidatura petista a governador é ajudar nosso projeto nacional. Seja para garantir que haja polarização real de projetos, seja para ajudar na eleição de uma boa bancada de senadores e deputados federais para sustentar nosso terceiro governo, seja porque para mudar a vida dos paulistas e para derrotar o neoliberalismo no Brasil, é preciso retirar os tucanos do Palácio dos Bandeirantes.

O PT de São Paulo reúne todas as condições para apresentar uma candidatura “pra valer”, com nitidez política e programática, uma síntese de todo o esforço que a militância política e social de nosso partido e nossos aliados têm construído nos últimos anos. Uma candidatura capaz de incorporar um projeto que signifique de fato a ruptura com o projeto conservador derrotado nacionalmente em 2002 e em 2006. ★

***Angélica Fernandes** é da executiva do PT-SP

Rio Grande do Sul: a desventura tucana

*Marcel Frison**

Nas eleições de 2006, a tucana Yeda Crusius, então candidata ao governo do estado, apresentou ao Rio Grande (e convenceu) um "programa" baseado na equação: "um novo jeito de governar". O resultado foi avassalador, Yeda venceu o primeiro e segundo turnos das eleições estaduais.

Assim como Britto em 1994, durante a campanha Yeda adotou a tática de esconder do povo gaúcho qualquer propósito neoliberal no seu projeto de governo, ainda que seu vice Paulo Feijó, sujeito de uma sinceridade cortante, tivesse afirmado em entrevistas que o Rio Grande do Sul iria viver um novo ciclo de privatizações, a começar pelo Banrisul. O que colocou sua campanha em crise, mas não foi suficiente para que o PT pudesse reverter o quadro no final do segundo turno.

Como esperávamos, ao assumir o Piratini a governadora passou a colocar em curso o modelo neoliberal na íntegra. Impulsionada pelo resultado eleitoral, desenhou um governo para se tornar referência no cenário nacional e se equiparar aos seus pares, Serra e Aécio.

Passou a adotar o tão propalado "choque de gestão", com medidas profundas de ajuste, segundo ela, no intuito de alcançar o equilíbrio das contas públicas, o que denominou de "Déficit Zero".

A idéia geral era voltar aos caminhos percorridos por Britto no período de 1995 a 1998, com a retomada das privatizações, a transferência de áreas governamentais para organizações privadas, "parcerias" público-privadas para obras estruturais e dar continuidade ao processo de desmonte do Estado.

Na questão econômica, era perseguir outro paradigma do Governo Britto, um modelo de desenvolvimento calcado nos benefícios fiscais dirigidos às grandes empresas e objeto de atração de outros investimentos empresariais externos. Ou seja, de novo, absolutamente nada, somente o velho e carcomido jeito neoliberal de governar.

No entanto, Yeda foi atropelada por ondas sucessivas de escândalos e denúncias de corrupção relativas ao seu governo, com fortes evidências da sua participação direta nos esquemas montados; uma forte resistência dos movimentos sociais às suas medidas de ajuste; e um conjunto de erros pessoais que mantiveram o seu governo em permanente crise desde o início. Além da atual crise do sistema capitalista, que atingiu duramente a já combalida economia gaúcha e as finanças públicas.

Isto fez com que a governadora não acumulasse "capital" político suficiente para ver seu projeto implementado com a dimensão desejada. Ficou, pelo menos até agora, nos "meios termos".

Na educação, onde talvez tenha ido mais longe, promoveu o que se convencionou chamar de "enturmação", que significou o aumento do número de alunos em sala de aula por professor, visando superar a falta de professores na rede estadual e viabilizar o fechamento de escolas consideradas obsoletas pela administração. Nesta mesma esteira, adotou uma forma "sui generis" de ampliar escolas, com a utilização de containeres para servirem de salas de aula improvisadas. O que foi apelidada pelo magistério estadual de escolas de latas

O BANRISUL não foi privatizado, mas teve parte das suas ações vendidas. O tão propalado Déficit Zero chegou a ser anunciado aos quatro ventos com a contribuição solidária do Grupo RBS de comunicações. Mas foi facilmente desmascarado, na medida em que foi sustentado por drásticos cortes na execução orçamentária.

Em 2008, levando-se em consideração os mínimos de execução orçamentária exigidos pela Constituição Estadual, faltou 1,3 bilhão de reais na educação e 1,10 bilhão na saúde. Os investimentos projetados para 2007 e 2008 foram executados pela metade. Um dos pilares das suas promessas eleitorais, a construção de um sistema de irrigação para proteger a agricultura das recorrentes secas e estiagens que assolam o estado, teve como previsão orçamentária 82 milhões, mas somente 2 milhões foram executados.

O resultado tem sido um governo caótico, que demonstra uma enorme debilidade na prestação dos serviços essenciais à população e incapacidade de gerir e executar os seus próprios projetos. Uma tragédia com lamentáveis conseqüências para o Rio Grande: os indicadores sócio-econômicos despencaram e o estado é uma nave sem rumo. Não fosse o bom momento vivido pelo país e os investimentos do governo Lula, estaríamos à beira de um naufrágio.

Apesar disso, com os olhos voltados para 2010 e receosos dos rabos a mostra que surgem a cada investigação, os setores conservadores recompuseram a base de sustentação de Yeda na Assembléia Legislativa, conseguiram barrar o processo de impeachment que chegou a tramitar naquela Casa e tentam soterrar a CPI da Corrupção ainda em curso.

Mas a governadora não se ajuda. Em meio a esta confusão, ela conseguiu tempo para freqüentar uma reconhecida loja de móveis e decoração, aproveitando-se das ofertas de ocasião, abarcou um conjunto de itens para tornar mais aprazível o ambiente da sua nova casa (aquela mesma que ela comprou logo depois da sua vitória eleitoral e cuja origem dos recursos é até hoje questionada). E mandou a conta para o Tesouro Estadual.

Entre as compras há um pufe verde-kiwi, cuja relevância não explicitou. Como foi flagrada e terá, ao final do seu mandato, que devolver suas compras ao Patrimônio do Estado, muito provavelmente o Palácio Piratini terá que encontrar lugar em suas entranhas para esta peça tão improvável. A Casa que abrigou, entre tantos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Leonel Brizola e Olívio Dutra, terá que conviver com este ícone do despotismo e delírio de alguém que definitivamente não consegue separar o público do privado. Quiçá fosse a única herança da desventura tucana no Rio Grande. Infelizmente não será... ★

***Marcel Frison** integra o diretório estadual RS e o diretório nacional do PT*

PED2009

Marcel Frison, presidente do PT Rio Grande do Sul, número 300

Paraíba: o PED e os rumos do PT

*David Soares e Gonzaga Júnior**

O PED 2009 na Paraíba será disputado por sete chapas ao diretório e três candidaturas à presidência. Concorrem o deputado federal Luiz Couto (CNB) atual presidente, o deputado estadual Rodrigo Soares (Coletivo Celso Furtado) e o militante Nabal Quarto.

A CNB local sofreu uma cisão com a criação do Coletivo Celso Furtado, formado a partir do mandato do deputado estadual Rodrigo Soares que, embora alinhado com a CNB nacional e votando em Luiz Eduardo Dutra, fará destas eleições uma das mais disputadas entre todas as edições do PED.

Cresceu desta forma, no interior do partido, a idéia de uma candidatura única de oposição a Luiz Couto. A partir de seminários e de muito debate político entre as diversas forças do partido, decidimos não lançar candidatura própria, movimento acompanhado pelo MPT, pelo deputado estadual Jeová Campos e pelo vice-governador Luciano Cartaxo. Deste modo, concluímos que é possível fortalecer o PT com a candidatura do companheiro Rodrigo Soares.

A nossa chapa – Esquerda Socialista – é composta pela Articulação de Esquerda, Resistência Socialista, militantes independentes ligados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em educação do Estado e pela corrente Mensagem ao Partido, que está organizando-se na Paraíba. Embora defendamos que as discussões sobre as eleições 2010 seriam agora precipitadas, é inegável que, na Paraíba, 2010 começará com as eleições internas do PT. Com a cassação do governador Cássio Cunha Lima (PSDB), assume o governo José Maranhão (PMDB) da coligação PMDB/PT/PSB/PCdoB/PRB, na qual o PT assume a vice-governadoria com Luciano Cartaxo.

O PSB, dirigido pelo prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho e pré-candidato ao governo do Estado, distancia-se dessa coligação e aproxima-se do PSDB e DEM tendo em vista as eleições de 2010. Fato inusitado é que com isso o PSB perdeu os seus 06 deputados, entre federais e estaduais, além de receber a herança de 03 deputados do PSDB. O PSB virou ninho tucano, além de articular a adesão do DEM ao seu projeto local, enfraquecendo do bloco democrático-popular formado em 2006.

O atual presidente do partido, o deputado Luiz Couto, além de comportar-se como líder da oposição ao governo do qual o PT faz parte, declara-se candidato a senador na chapa de Ricardo Coutinho, tentando levar ao PSB o apoio do PT. Como pré-candidato ao Senado, Luiz Couto avalia que só terá chances de ser eleito em composição com o PSB e parece ser essa sua maior preocupação. Em sua chapa estadual recebe o apoio de Júlio Rafael (antigo aliado do grupo Cunha Lima).

A frente única da qual participamos no interior do partido tem como base a total prioridade ao nosso projeto nacional, a derrota política e social do bloco liderado pelo PSDB/DEM, o aprofundamento da relação do PT com os movimentos sociais e a nossa consolidação como força política protagonista e real alternativa de esquerda na Paraíba.★

***David Soares** e **Gonzaga Júnior** são da direção estadual da AE PB

"Em Salvador, voto em Henrique Carballal"

*Marcelino Gallo**

Aqui no Estado, temos quatro candidaturas que representam esta opção de esquerda, são elas: a candidatura do companheiro Benjamin da Tendência Marxista, a companheira Maria da Conceição, da corrente Brasil Socialista, o companheiro Kazu, representando o Movimento PT e o companheiro Tranqüilo da corrente O Trabalho. São quatro candidatura importantes com as quais temos a honra de dialogar e que apoiamos firmemente tendo em vista fortalecer as formulações e propostas de esquerda para o Partido no estado.

Em Salvador apoio e voto em Henrique Carballal, companheiro que tem dado uma grande demonstração de construção coletiva nesse processo ao articular uma forte chapa de apoio à sua candidatura com a participação de companheiros decisivos como o Secretário Valmir Assunção e o Secretário Walter Pinheiro. Vereador pelo PT em seu primeiro mandato, Carballal representa uma nova geração de dirigentes petistas que vem demonstrando uma grande capacidade de dialogar internamente e também com os aliados ao nosso projeto.

Finalmente, em 2010, elegeremos uma mulher de esquerda para presidente da República. Em 2009, elegeremos uma mulher de esquerda para a presidência nacional do PT. Na Bahia, reelegeremos nosso companheiro Jaques Wagner e teremos o companheiro Henrique Carballal à frente da grande campanha na cidade do Salvador. ★

***Marcelino Galo** é membro do Diretório Nacional do PT e foi presidente estadual do PT da Bahia entre 2005 e 2007

No Paraná, vote Tadeu Veneri, candidato à presidência estadual, n. 360

PED2009

Chapa: Luta Socialista nº 361

A hora das presidentas

Em 2010 elegeremos uma mulher de esquerda para presidenta da República. Em 2009, elegeremos uma mulher de esquerda para a presidência do PT.

A nova direção nacional do PT, encabeçada por Iriny Lopes, terá como tarefas imediatas **enfrentar a crise, defender o governo Lula e vencer as eleições 2010**, com Dilma presidente, vitória nas eleições majoritárias nos estados e ampliação de nossas bancadas parlamentares.

Este desempenho é parte das condições institucionais necessárias para, em aliança com movimentos e partidos do campo democrático-popular, sustentar um governo que se apóie nas realizações do Governo Lula, mas vá além.

Trata-se de superar a herança neoliberal, derrotar a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais em nosso país, abrindo um novao ciclo em nossa história: um desenvolvimentismo democrático-popular, ambientalmente orientado e articulado com nossa luta pelo socialismo.

Este norte programático, articulado com uma estratégia que fortaleça o poder das maiorias populares, aponta para a superação das relações capitalistas, dando sentido concreto à reafirmação do socialismo como objetivo estratégico, adotada pelo 3º Congresso do PT.

Tais objetivos transcendem a dimensão eleitoral e a duração de um mandato presidencial. Por isto precisamos do PT, dos movimentos sociais e partidos de esquerda, da intelectualidade progressista: não queremos apenas governar ou administrar melhor, queremos mudar profundamente o Brasil e o mundo.

Trabalhemos para que as idéias socialistas, democráticas e populares tornem-se política e culturalmente hegemônicas. É isto que dará permanência para nossa luta, transcendendo as limitações das lideranças, dos mandatos e das organizações.

Vivemos um momento propício para travar esta batalha cultural, pois a crise internacional do capitalismo desmoralizou o neoliberalismo.

A supremacia do mercado e do lucro, as supostas vantagens do Estado mínimo e da especulação financeira, as privatizações e a abertura comercial sem critérios, a subordinação do Brasil aos interesses dos EUA, o desprezo pelos vizinhos latino-americanos, posições cultivadas pela direita e difundidas pela mídia, são apenas um veículo para a acumulação de riqueza e poder por parte de um setor diminuto da sociedade brasileira.

Além de desmoralizar ideologicamente o neoliberalismo, a crise internacional evidenciou o custo humano e ambiental do capitalismo, sendo possível, necessário e urgente construir outro modo de produção, voltado não ao lucro, mas ao atendimento das necessidades humanas.

Cabe estimular um amplo e qualificado debate sobre a crise e sobre as alternativas. Não nos surpreendemos, pois a crise é recorrente na trajetória do capitalismo. Não a comemoramos, pois a crise traz sofrimentos para milhões de trabalhadores em todo o mundo. Mas tampouco nos acovardamos: a crise constitui uma extraordinária oportunidade, tanto para impor limites ao capitalismo, quanto para iniciar um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo.

Para isto, o PT deve combinar força institucional e capacidade de mobilização de massa, com criatividade ideológica. Manter a perspectiva socialista e construir um Brasil democrático-popular, no contexto da integração latino-americana, exigirá mobilizar as melhores tradições culturais, artísticas e intelectuais presentes no povo brasileiro.

Defenderemos a hegemonia do PT, agora, na campanha de 2010, no lançamento de candidaturas petistas nos estados, no futuro governo Dilma e adiante.

O PT possui história, realizações, apoio popular e potencial para liderar a luta por transformações políticas, sociais e econômicas que não apenas melhorem a vida aqui e agora, mas que também construam um país socialista.

Para estar à altura desta missão, o PT precisa reafirmar o norte ideológico, recuperar o pensamento estratégico, ter capacidade de direção, renovar os laços com as bases sociais.

Isto exige mudar: a) a relação do PT com a sociedade, prioridade estratégica para os movimentos sociais e partidos de esquerda, autonomia na relação com os governos; b) o funcionamento interno, mais capacidade de formulação, comunicação, formação política, finanças, novos procedimentos de filiação e relação das direções com a militância.

Estas tarefas exigem uma direção coletiva e experiente, capaz de dialogar internamente e com os aliados, mas capaz também de muita firmeza no trato com os adversários e inimigos da democracia, da igualdade social, da soberania nacional e da integração continental.

O compromisso de vida com o socialismo petista e uma trajetória de lutadora social, fundadora do PT, dirigente partidária e deputada federal, credenciam Iriny Lopes para coordenar a nova direção nacional do PT. ★

Antes ou depois da Santa Ceia?

*Valter Pomar**

O presidente Lula tem momentos e *momentos*. Exemplo disto foi sua divagação sobre a necessidade de uma aliança entre Jesus e Judas, para buscar a governabilidade nas condições da política brasileira.

A imagem provocou forte debate, como aliás tudo que diz respeito à política de alianças, tema que consome a maior parte das energias no PED e nas reuniões das direções partidárias.

A paixão provocada pela política de alianças contrasta com o tratamento discreto recebido pelo debate propriamente programático. Que certos moderados se comportem assim, entende-se: para eles, estar no governo se tornou em si & de fato o objetivo programático central. Mas que "radicais" façam o mesmo, é inaceitável. Afinal, o problema não está nem nunca esteve nas alianças em si, mas no que se pretende (ou se deixa de) fazer através delas.

Este deveria ser o debate central do PED, antecipando o debate que precisa dominar as eleições de 2010: qual o programa do próximo mandato presidencial?

Depois da década perdida (os anos 80) e da decadência neoliberal (de 1990 até 2002), veio o governo Lula, que pode ser dividido em dois períodos: AQP e DQP.

Antes da Queda de Palocci, predominou a conciliação com a herança neoliberal, a tal ponto que o então ministro da Fazenda chegou a dizer que tinha mantido a mesma política do presidente FHC.

Depois da Queda de Palocci, começou a transição do neoliberalismo para o desenvolvimentismo. Tirado o bode da sala, voltamos ao debate que marca o Brasil desde os anos 1930: qual desenvolvimentismo? Com reformas estruturais ou sem reformas estruturais? Este é a contraposição principal, estratégica, entre as chapas e candidaturas presidenciais que disputam o PED 2009.

Todas as teses defendem que o mandato de Dilma deve ser superior aos dois mandatos de Lula. A diferença principal está no seguinte: para algumas teses, especialmente para "O partido que muda o Brasil", o máximo que podemos viabilizar são reformas não-estruturais (ou seja, que não alterem qualitativamente a estrutura de propriedade no Brasil).

Esta posição "melhorista" é justificada com dois grandes argumentos. O primeiro deles é a correlação de forças, que não permitiria ir mais longe. O segundo deles são os êxitos do governo Lula, que demonstrariam que é possível melhorar muito a vida do povo, mesmo sem fazer reformas estruturais.

Sobre o primeiro argumento, passa longe de nós o esquerdismo que acha que a vontade tudo pode; mas também é certo que sem vontade, nada se pode. Quanto ao segundo argumento, recomenda-se aos melhoristas estudar quanto tempo –no ritmo atual—demoraremos para superar os grandes problemas vividos pelo povo (do analfabetismo à habitação) e, mutatis mutandis, quão rápido seria a reversão de nossas políticas, em caso de uma derrota eleitoral.

Deste ponto de vista, o grande defeito da tese "O partido que muda o Brasil" é a ausência de uma reflexão estratégica. No lugar, apresenta-se um discurso para a disputa das eleições de 2010. Em nossa opinião, para derrotar a oposição e vencer em 2010, será preciso combinar a defesa da continuidade do que fizemos desde 2003, com a apresentação de uma plataforma de mudanças mais profundas. Esta plataforma se articula com o objetivo estratégico do Partido, na medida em que ela dispute na prática a natureza do desenvolvimento (conservador ou democrático-popular?) e a natureza do nosso governo (centro-esquerda ou democrático-popular?).

Por óbvio, almejamos construir um governo capaz de derrotar a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais, colaborando para a abertura de um novo ciclo histórico, que deixe para trás as décadas perdidas, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

Estes são os temas que temos priorizado no PED. As alianças, por mais importantes, benéficas ou prejudiciais que possam ser, só ganham sentido se debatidas à luz do programa.★

***Valter Pomar** é secretário de relações internacionais do PT

Trechos da plataforma proposta pela "Esquerda socialista"

a) alterar a política de juros do Banco Central, democratizar a composição do Conselho Monetário Nacional, abandonar a política de superávit primário, trabalhar por uma política tributária progressiva e pelo imposto sobre grandes fortunas, taxação do capital especulativo, adoção de mecanismos de controle de movimentação de capitais;

b) política de garantia e geração de emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e regulamentação da Convenção da OIT que impõe fortes restrições às demissões;

c) acelerar a reforma agrária, a expropriação de terras em que se verifica o trabalho escravo; alterar o índice de produtividade da terra, fixar o tamanho máximo das propriedades rurais e fortalecer institucionalmente o INCRA.

d) política agrícola com tratamento preferencial e diferenciado para a agricultura familiar; à agroindustrialização dos assentados, dos pequenos e médios produtores e ao cooperativismo, em termos de infra estrutura, crédito, extensão e assistência técnica.

e) reforma ou revogação do arcabouço jurídico-institucional herdado dos governos neoliberais, entre as quais as chamadas "agências reguladoras"; e a regulamentação dos mecanismos de democracia participativa e direta previstos constitucionalmente;

f) a suspensão dos leilões e a ampliação da participação da União no capital da Petrobras, no bojo do marco regulatório do pré-sal;

g) acelerar o processo de integração, especialmente a Unasul, o Conselho de Defesa, o Banco do Sul, os programas de infra-estrutura e o comércio em divisas locais;

h) política ambiental ampla, combinando medidas de comando e controle, educação ambiental e incentivos econômicos à preservação dos biomas e ecossistemas, do ar e das águas e do combate ao aquecimento global.

Os partidos e a vida: uma disjuntiva brasileira

Parece que o que grassa na "cozinha" dos partidos é o que fala aos corações e mentes dos eleitores; parece que os fatos e dados da vida real são muito comezinhos para serem tratados como elementos do discurso político.

*Artur Araújo**

Quem se dedicar à produção de um almanaque com as realizações do governo federal no Brasil, particularmente a partir de 2006, por certo criará um texto de forte matiz panglossiano, ao menos aos olhos de leitores que não tenham acompanhado, cotidianamente, as iniciativas, programas e ações do governo Lula.

É marcante nesta gestão a mira – alvejada com pleno sucesso - na inserção soberana do Brasil no mundo globalizado, notadamente assegurando-nos fortes laços Sul-Sul e evidente redução da subserviência às potências do Norte. É mais que visível a alteração substantiva que promoveu na pirâmide social brasileira, por força de ações de Estado. Foi óbvia a surpresa, internacional e nativa, com a capacidade demonstrada pela Nação, a partir da liderança governamental, de resistir e superar a maior crise do capitalismo mundial pós-1929. Quase um mar de rosas, diria o incorrigível doutor otimista de Voltaire.

Tendo em mãos um arsenal que faria inveja a qualquer marqueteiro político digno da classificação de competente, estranhamente, porém, vários dos partidos políticos que compõem a base de apoio de Lula – de forma bem mais acentuada o PT – deixam-se conduzir por uma dinâmica internista e têm seu leitmotif na discussão sucessória, com ênfase na definição nominal de candidaturas.

Pré-sal; maior salário mínimo em décadas; Bolsa-Família e PróUni; retomada da capacidade regulatória e interventora do Estado; economia pujante e estável; o PAC e a superação de gargalos históricos da infraestrutura produtiva e logística do país; podem-se contar às centenas os itens de uma pauta positiva, que deveria ser o centro obrigatório dos esforços de comunicação dos partidos políticos, com seus militantes e com toda sociedade brasileira.

O que se vê, porém, infeliz e perigosamente, nas entrevistas de lideranças, em pronunciamentos dos parlamentares, nas resoluções de instâncias partidárias e até nas peças publicitárias de rádio, televisão ou na internet, é um discurso autocentrado, quase autista, que tem por tônica PED's, prévias, composições de chapas, disputas de diretórios, até mesmo "fogo amigo". Parece que o que grassa na "cozinha" dos partidos é o que fala aos corações e mentes dos eleitores; parece que os fatos e dados da vida real são muito comezinhos para serem tratados como elementos do discurso político.

Cria-se uma disjuntiva daninha: o bolso, a vida, a felicidade, as inseguranças e necessidades dos cidadãos deixam de ser objeto do discurso e da prática partidárias; delega-se a meios de comunicação - verdadeiros partidos de oposição antidemocrática, raivosa e golpista, em sua esmagadora maioria – a apresentação e a análise desse temário.

Ao abdicar das tarefas político-pedagógicas de apresentar aos brasileiros a nova realidade nacional e de alertar para o risco destrutivo de um retrocesso, por força de eventual derrota no pleito de 2010, o PT e diversos de seus aliados, ainda que de forma não-intencional, podem criar as condições mesmas de vitória das oposições, comandadas pela mídia a serviço do Império e dos setores mais reacionários das classes dominantes brasileiras.

Quando fraquejou na imposição da pauta da reforma política e partidária – o que exigiria um esforço concentrado e vibrante de mobilização de massas e provocaria um acirramento das lutas de classes no país – o bloco situacionista abriu mão de peça fundamental para a alteração de suas próprias dinâmicas e condicionantes partidárias. O comportamento dos partidos a que nos referimos – o "umbiguismo" que os assola – é filho dileto de uma legislação retrógrada, herdada da ditadura militar, que faz da captação financeira externa e da ocupação de espaços internos de poder os fulcros da atividade diária de filiados, parlamentares e dirigentes.

Como é a sua vida, porém (e o que essa lhes traz de bom ou mau), que mobiliza os eleitores - e que os leva à escolha de representantes e mandatários, à seleção de programas e candidatos - a persistir o atual comportamento dos partidos da base aliada poderemos nos ver frente a uma situação bizarra: um governo de indiscutível sucesso, com índices robustos de aprovação, sofrer duramente no processo sucessório, correr riscos desnecessários, quase a ponto de ser derrotado por consequência da miopia dos partidos que o apoiam.

Romper essa disjuntiva, falar dos dados reais e dos fatos da vida para todos os brasileiros, repetir à exaustão o que os meios de comunicação escondem ou distorcem, pôr-se a serviços da pauta de institucionalização dos avanços e da luta por novas conquistas – a pauta que deve vertebrar a candidatura Dilma - essas são as tarefa imediatas, inadiáveis, que nos cabem, à militância e às direções partidárias. Essa é a rota da vitória em 2010.

O que nos cabe é fazer da vida de nossos partidos um espelho da vida dos "de baixo" no Brasil - e um instrumento a serviço de sua melhoria definitiva, desde a implantação imediata da jornada de trabalho de quarenta horas semanais até a construção de uma futura sociedade socialista. ★

***Artur Araújo é**, militante petista do DZ Perdizes (SP)

Risco ou oportunidade?

*Valmir Ortega**

A 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP15), a ser realizada em Copenhague (Dinamarca) no mês de dezembro, tem ocupado enorme espaço na mídia global e nacional. Apesar desta hiper-exposição do tema, boa parte da população brasileira ainda está desinformada ou mesmo alheia à agenda de discussões.

O debate para a constituição de uma Agenda Brasileira para a COP15 tem sido tratado em círculos restritos, como um assunto para iniciados. Mas não nos enganemos: aspectos significativos de nosso dia-a-dia e de nossas vidas podem ser afetadas por decisões ou omissões neste debate, dada a interdependência de nossos modelos produtivos, padrões de consumo, formas de acesso aos recursos naturais, entre outros, com o desafio da manutenção da vida no planeta. Ou seja, economia e ecologia nunca estiveram tão imbricadas numa mesma pauta antes – as mudanças globais do clima.

Preparando o "clima"

Os debates multilaterais ocorridos nos últimos meses tem se concentrado basicamente na tentativa de construir alguns pactos que permitam chegar a Copenhague com a possibilidade de gerar um novo marco global para o enfrentamento das mudanças climáticas.

O quarto relatório do IPCC, apresentado em 2007, e as discussões que se seguiram pautaram as principais referências para a construção de uma nova agenda de enfrentamento das mudanças climáticas pós-Kyoto. Os principais desafios estão centrados nos seguintes pontos: a) assegurar que o aumento da temperatura não ultrapasse 2°C; b) estabilizar a concentração de GEE na atmosfera em 450ppm até 2050; c) estabelecer metas de redução até 2050, preferencialmente com meta intermediária para 2020; d) redução efetiva para países desenvolvidos e redução da curva de crescimento para os paises em desenvolvimento; e) definição de mecanismos de proteção das florestas tropicais – mecanismos de pagamento por redução evitada do desmatamento e da degradação – REDD e/ou fundos governamentais; f) transferência de tecnologia, dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, que apóiem a adaptação às mudanças climáticas.

Construir acordos sobre esses temas tem sido o principal desafio das infindáveis rodadas preparatórias. Em todas as últimas reuniões do G20 e demais fóruns multilaterais, a pauta das mudanças climáticas esteve na agenda central. Todo esse esforço está concentrado na busca de um novo acordo global que substitua, a partir de 2012, o Protocolo de Kyoto, atualmente vigente.

Pauta Brasil

O Brasil tem uma oportunidade única neste debate. Detentor de uma matriz energética baseada em hidroeletricidade, de uma base industrial diversificada e da maior floresta tropical do planeta, o Brasil tem uma vantagem comparativa gigantesca em relação aos demais paises em desenvolvimento, o que permite a afirmação de uma liderança diferenciada no debate climático global.

O nosso principal desafio é reduzir o desmatamento e racionalizar a ocupação do solo pela agropecuária, que juntos representam mais de 50% das emissões brasileiras. Este desafio não será alcançado sem resolver o dilema de sermos, ao mesmo tempo, um exportador competitivo de grãos, carne e, no futuro, biocombustíveis, mas com uma ocupação altamente ineficiente do solo pela pecuária, que com suas baixas taxas de ocupação por hectare e de rentabilidade torna o desmatamento da floresta um negócio, impulsionado pela ocupação de terras públicas não regularizadas (grilagem) e a baixa capacidade fiscalizatória na região amazônica.

Apesar de desafiadora, a situação brasileira é uma enorme oportunidade, pois o custo da redução do desmatamento e de uma melhor ocupação do solo pela agropecuária é baixo, ou mesmo em muitos casos negativo. Cabe ao Brasil ser capaz de compor um agenda interna que dê efetividade às promessas de redução do desmatamento, que assegure a manutenção de uma matriz energética limpa e que, finalmente, ocupe um papel de liderança forte no cenário internacional, não se furtando de cumprir com a sua cota de contribuição, mas ao mesmo tempo aproveitar este momento para consolidar um projeto de desenvolvimento sustentado e baseado numa economia de baixo carbono. ★

***Valmir Ortega** é militante do PT. Foi secretário de meio-ambiente no governo Ana Júlia

CONFECOM

Qualificar o debate

*Jonas Valente **

Começou no dia 28 de outubro a jornada de conferências estaduais que se estende até o dia 22 de novembro. Todas as 27 Unidades da Federação realizarão suas etapas, apesar da resistência de alguns governos estaduais, como em Santa Catarina e no Distrito Federal, da falta de estrutura, como em São Paulo e Tocantins, e do boicote, aberto ou velado, da Abert, associação comandada pela Rede Globo.

Esta fase da Confecom perdeu boa parte de sua força após a Comissão Organizadora Nacional ter retirado das reuniões estaduais a prerrogativa de votar as propostas que serão analisadas na etapa nacional. A norma, que disciplinou as conferências estaduais (Resolução No 8), de tão impositiva, ganhou o nome das Comissões Estaduais Pró-Conferência de "AI-8".

Ela foi a forma encontrada pelo governo e pelas entidades dos movimentos sociais, à exceção do voto contrário do coletivo Intervozes, para contemplar mais uma vez a preocupação do empresariado, que manifestou receio de não conseguir aprovar propostas pela sua baixa capacidade de mobilização.

Na prática, as conferências estaduais acabarão apenas apresentando as propostas que serão de fato apreciadas somente na etapa nacional, marcada para 14 a 17 de dezembro, o que jogará o foco na eleição de delegados. Apesar do esvaziamento destes encontros, as entidades preocupadas com a democratização da comunicação e com o êxito do processo da Confecom devem garantir que os debates não sejam de faz-de-conta e preteridos em favor do processo de escolha dos representantes que partciparão da etapa nacional.

Apesar da proibição imposta à votação das propostas que serão apresentadas à nacional, os estados podem e devem construir momento para votação das recomendações de âmbito estadual a serem apresentadas para os governos e Assembléias Legislativas, aproveitando este momento para construir também uma agenda de caráter regional e local.

Em paralelo, as entidades que lutam pela democratização da comunicação devem se organizar para garantir sua participação nas vagas de delegados à etapa nacional. É preciso assegurar uma representação plural, que envolva as entidades históricas mas também dos movimentos sindicais e sociais, especialmente o feminista, o negro, o LGBT e o de juventude. ★

***Jonas Valente** é jornalista

Éramos 13, hoje somos 244

*Ane Cruz**

Nos dias 2, 3 e 4 de outubro, aconteceu em Brasília o 1º Encontro Nacional de Gestoras do PT organizado pela Secretaria Nacional de Mulheres, onde estiveram reunidas boa parte das petistas que estão hoje em cargos executivos à frente das políticas para as mulheres em nossas administrações.

Um dos objetivos deste Encontro foi debater a intervenção do PT nas gestões municipais, estaduais e federal, no que diz respeito às políticas públicas para as mulheres.

Porém, para contextualizar a nossa companheirada, cabe dizer que temos 566 municípios governados pelo PT e somos vice em outros. Se considerarmos a década de 1980, podemos afirmar seguramente que aumentamos nosso espaço institucional, mas, lamentavelmente, esse crescimento não caminhou com os mesmos passos quando o assunto é a implementação dos organismos de políticas para as mulheres nas nossas administrações, haja vista que existem hoje no Brasil 244 organismos de políticas para as mulheres, sendo 75 em nossos governos.

No início do Governo Lula, éramos 13 organismos de políticas, aumentamos 18 vezes, mas poderíamos ser muito mais. E por que não somos?

Há que se considerar que graças à luta das mulheres petistas e feministas que em 2003 conquistamos a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão ligado a Presidência da República, com a tarefa de executar as políticas no âmbito do governo federal.

Com as políticas efetivas para as mulheres, a exemplo do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (importante mecanismo de descentralização de recursos transversalização e intersetorialidade das políticas de forma federativa), com a sanção da Lei Maria da Penha, o Governo Lula já marcou a sua gestão pautada naquilo que escrevemos em meados dos anos 90, respondendo às demandas das mulheres. Nossos prefeitos e vices precisam responder a esta demanda da mesma forma.

No X Encontro Nacional de Mulheres do PT orientávamos mais uma vez que nossos companheiros e companheiras à frente dos governos estaduais ou municipais criassem estas estruturas de organismos de políticas para mulheres. A realidade que vivemos hoje é ainda muito tímida ao olharmos o país como um todo. Mesmo com este quadro de 75 organismos, há que se considerar a situação em que estas dirigentes executam políticas públicas para as mulheres. Uma coisa é fato, não basta criar e não dar condições e espaços de poder para estes organismos; é fundamental que a decisão estratégica em criar seja acompanhada de uma determinação de que estas pastas devem estar acompanhadas de recursos humanos, infra-estrutura e orçamento.

Mais recentemente, aprovamos no 3º Congresso do PT a "implementação de políticas voltadas à igualdade de direitos entre os gêneros, respeitada a identidade das mulheres, dando como exemplo o combate à violência doméstica e às desigualdades no mercado de trabalho. É preciso que os meios de comunicação e as políticas de educação incentivem a sedimentação de uma cultura de igualdade, com respeito às mulheres e sua diversidade", que "as eleições municipais de 2008 serão muito importantes para a sustentação do governo Lula, para fortalecer as condições de nova vitória em 2010".

Pois bem, eis que chega o pleito de 2010, e onde é que está a nossa estratégia? Cumprir estes compromissos do 3º Congresso Nacional do PT é garantir agora, pois ainda há tempo das nossas administrações investirem nas políticas públicas para as mulheres. ★

***Ane Cruz** é Coordenadora Geral de Ações Preventivas e Garantia de Direitos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Reunião de gestores

*Jonatas Moreth**

O Brasil conta hoje com o maior contingente de jovens de toda a sua história demográfica. Segundo o IBGE são mais de 50 milhões, na faixa de 15 a 29 anos. Isso representa 28% da população brasileira.

Todavia, o Estado e a sociedade não se prepararam para receber este enorme contingente populacional. Apesar disso, diversas experiências bem sucedidas – realizadas tanto no Brasil quanto em outros países – têm demonstrado que quando se estimula o potencial criativo e o protagonismo dos jovens, eles se tornam uma força impulsionadora do processo de mudanças e do desenvolvimento local.

Nesse sentido, os jovens devem ser encarados como sujeitos, como pessoas capazes de participar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementadas pelo governo ou pela sociedade civil.

A partir de 1996, um número significativo de Municípios brasileiros constituiu assessorias, coordenadorias, secretarias e programas no âmbito do Poder Executivo, com atribuições específicas de atendimento das demandas dos jovens.

Contudo, tais espaços na estrutura do poder público, por serem muito recentes, ainda estão em processo de construção e, por isso, enfrentam inúmeros desafios para a sua consolidação. Os diagnósticos são muito semelhantes. As dificuldades passam pela elaboração do desenho institucional dos órgãos e das políticas, pela definição quanto à existência ou não de orçamento próprio, e principalmente, nas formas de participação dos jovens na elaboração e gestão das políticas.

Para o enfrentamento desses e de outros desafios, é importante que as gestões municipais estabeleçam um diálogo permanente para trocar experiências e articular iniciativas que geram impacto na consolidação das políticas públicas de juventude no âmbito municipal.

Nesta perspectiva, a Juventude Petista tem a missão, juntamente com as demais juventudes partidárias, de articular os gestores nacionalmente, de forma que possa acontecer uma constante troca de experiências e elaboração conjunta de políticas públicas de juventude, no âmbito municipal.

Assim, a Frente Nacional de Prefeitos, presidida pelo Prefeito de Vitória(ES), João Coser, convocou uma reunião nacional dos gestores municipais de políticas públicas de juventude. O encontro, a ser realizada em Fortaleza(CE), entre os dias 30/11 e 01/12, será um momento único para articulação do Fórum Nacional de Gestores Municipais de PPJ. ★

***Jonatas Moreth** é Coordenador de Comunicação da JPT e CEAE/DF

AQÜICULTURA & PESCA

3ª Conferencia nacional de aquicultura e pesca

*Altemir Viana**

Nos dias 30 de setembro a 2 de outubro, em Brasília, foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, tendo como tema: "consolidação de uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável da aqüicultura e pesca". Ou seja: organizar toda a cadeia produtiva da pesca e aqüicultura e contribuir com o aumento da produção de pescado para o país e para o mundo.

Foram realizadas 50 conferências municipais, territoriais e regionais e 26 estaduais e 1 distrital, mobilizando diretamente cerca de 30 mil pessoas, que representam aproximadamente 3 milhões de brasileiros que, direta e indiretamente, estão envolvidos com essa atividade.

Na primeira etapa, quando as organizações da pesca e aqüicultura apresentarem suas propostas, tivemos ao todo 1.165 emendas ao texto-base.

A etapa nacional teve a participação de 1660 delegados e delegadas, de vários segmentos: pesca artesanal, pesca industrial, aqüicultura, armadores e empresas de pesca, trabalhadores na indústria, órgãos municipais, estaduais e federais, movimentos sociais, parlamentares municipais, estaduais e federais e um conjunto de lideranças políticas do setor.

Chegando a reunir em torno de 3 mil pessoas, considerando convidados, observadores, imprensa, pessoal de apoio e organização do evento, a Conferência fez um debate de alto nível, inclusive sobre as disputas e divergências, decorrentes da heterogeneidade de interesses e da composição da conferência.

Os limites das conferências e as contradições

A presença de todos os setores com interesses divergentes, faz da Conferência uma "arena" de disputa política sobre o modelo de desenvolvimento do país.

Referentes ao desenvolvimento da pesca estavam presentes de um lado os que defendem o fortalecimento e desenvolvimento da pesca artesanal; do outro os defensores da ampliação das subvenções do governo e apoio à pesca industrial.

Os ministros da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, participam da 3ª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca

Na aqüicultura a disputa foi entre priorizar o desenvolvimento da aqüicultura familiar, com foco nos assentamentos rurais da reforma agrária e na produção de peixes em tanques redes envolvendo os atingidos por barragens; por outro lado, os que disputavam o apoio do governo para o desenvolvimento do agronegócios nas águas.

Mesmo o governo tendo lado, ele tem limites para influenciar no resultado final. Para tal, os partidos políticos têm um papel fundamental, que é o de orientação política e formulação do modelo de desenvolvimento. É aí que entra o PT, que deve orientar seus militantes que atuam nessa área para fazer a elaboração e formulação de propostas de desenvolvimento político, econômico e social condizente com as diretrizes partidárias. Por sua vez, cabe aos movimentos sociais mobilizar o conjunto de trabalhadores em sua base social, para pressionar o governo a avançar nas suas políticas públicas da pesca e aqüicultura.

Portanto, cabe ao governo, partido e movimento social combinar suas ações para alcançar o desenvolvimento e execução de um projeto de transformação da sociedade, atendendo os elos da cadeia produtiva. Em relação ao papel de governo, ocorreu um avanço nesses sete anos de governo Lula; no que diz respeito à organização partidária e movimento social ainda temos um grande caminho a percorrer.

Vale registrar o desafio lançado pelo ministro Gregolin, no seu discurso de encerramento: "lanço mais um desafio para as organizações do setor: conclamo a todos os dirigentes e movimentos sociais para a organização do Grito Nacional da Pesca e Aqüicultura no próximo ano, mobilizando o setor e pautando o governo e apresentando suas reivindicações para consolidar e ampliar as políticas públicas de desenvolvimento sustentável da pesca e aqüicultura".

Nosso desafio é de organizar o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras em todos os segmentos da pesca e aqüicultura desse país e construir um modelo de desenvolvimento político, econômico e social onde possamos acumular mais forças para a transformação de nossa sociedade, construindo bases para o socialismo.

Para isso, devemos "jogar nossas linhas de pesca nos mares, rios e lagos com a esperança de ter uma boa pescaria", para dar continuidade ao nosso projeto político para o Brasil no próximo período. ★

***Altemir Viana** é da Direção Nacional da Articulação de Esquerda

BAHIA

Um avanço nas estratégias contra a fome

*Valmir Assunção**

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o número de famintos teve um incremento recente de 105 milhões, passando a alcançar um bilhão de pessoas em todo o mundo. Este aumento ocorre ao mesmo tempo em que se observa a ampliação da produção mundial de alimentos. Isto comprova que as raízes do aumento da fome estão muito mais atreladas à falta de renda das famílias do que a uma suposta escassez de alimentos.

Apesar desse quadro, o Brasil é hoje referência mundial nas políticas de combate à fome e redução da pobreza, com destaque para a Estratégia Fome Zero e o Programa Bolsa Família. O resultado dessas políticas sociais empreendidas nos últimos sete anos foi a redução de 26,8% da taxa de pobreza no Brasil, colocando o País numa rota contrária à tendência mundial de avanço da fome.

Na Bahia, segundo dados do IBGE (PNAD, 2006), 12,1% da população baiana se encontravam em situação de insegurança alimentar grave. Essa situação refletia a alta taxa de pobreza do Estado, onde a ausência de renda impedia muitas famílias de terem acesso a uma alimentação digna. Este quadro desafiou o governo Wagner a criar as condições necessárias à garantia da segurança alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à população baiana.

Em parceria com o governo federal, a Bahia tem trabalhado para redução da pobreza no Estado com um conjunto de ações que já retiraram da pobreza, milhares de famílias baianas, de 2007 a 2009. Os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em agosto deste ano, demonstram que a Bahia foi o Estado onde se verificou o ritmo mais acelerado na redução da pobreza no período correspondente aos governos eleitos em 2006. Segundo o Instituto, a taxa de pobreza na Região Metropolitana de Salvador (RMS) passou de 49,5% em 2006 para 44,3% em 2009, representando uma redução de 5,2 pontos percentuais, superior à queda verificada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (4,0), Recife (3,7), Porto Alegre (1,8), São Paulo (1,0) e Rio de Janeiro (0,4).

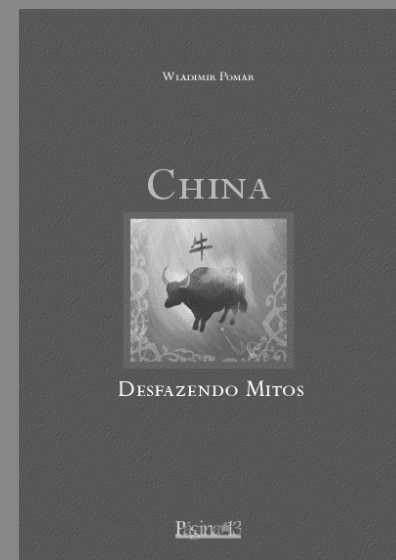
Contribuíram para isso, a criação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; o aperfeiçoamento na gestão estadual do Programa Bolsa Família, que garantiu a inclusão de 147.888 famílias baianas no Programa, de 2007 a 2009; a destinação prioritária dos recursos do FUNCEP para o financiamento de projetos destinados à geração de renda e inclusão social (voltados às famílias do Programa Bolsa Família), e a criação de 122.740 novos postos de trabalho.

Outros fatores que contribuíram com a redução da pobreza na Bahia foram a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Leite e PAA-Alimentos) que tem gerado renda para mais de 6 mil agricultores familiares, através da compra de alimentos saudáveis adquiridos e distribuído para mais de 200 mil pessoas atendidas por escolas, projetos sociais e entidades filantrópicas; a construção de 34 mil cisternas, que têm garantido a cerca de 170 mil pessoas do semiárido o acesso à água de qualidade para beber e produzir alimentos; a inclusão produtiva de mais de um milhão pessoas; o investimento de mais de R$ 1 milhão na implantação de hortas em áreas urbanas da RMS, que garantirá acesso a alimentos saudáveis e renda para cerca de 1,4 mil famílias.

Além disso, existem os restaurantes populares, custeados pelo Estado, que garantem o fornecimento de 4,3 mil refeições por dia; os coletivos de produção de alimentos nos acampamentos, que beneficiam 8,3 mil famílias; as ações de educação alimentar desenvolvidas nos Centros Sociais Urbanos e a distribuição de alimento nutritivo às pessoas mais vulneráveis, através do Programa Nossa Sopa.

Destaca-se a inclusão do leite de cabra no Programa Leite Fome Zero, sendo considerado o melhor projeto de segurança alimentar do País pelo prêmio Josué de Castro. Além disso, a criação do Programa de Desenvolvimento Social dos Povos e Comunidades Tradicionais também vem contribuindo com a redução da insegurança alimentar.

Encerramos a Semana Mundial da Alimentação comemorando a redução da pobreza na Bahia, mas, sobretudo, reafirmando o compromisso de trabalhar ainda mais para que o flagelo da fome seja afastado definitivamente dos lares baianos, cedendo lugar ao Direito Humano à Alimentação Adequada.★

***Valmir Assunção** é Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Governo da Bahia

O que pretende a CUT afinal?

*Gino Genaro**

Está difícil a situação da CUT e sindicatos a ela ligados na região do ABC e Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. A queda de braço entre o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos (Conlutas), de Campinas (Intersindical) e os ligados à CUT (ABC e Taubaté) vem sendo travada há tempos, nem sempre com vista aos interesses maiores da classe trabalhadora. Neste confronto aberto entre as três centrais sindicais, infelizmente a CUT vem atuando de forma ambígua, às vezes demonstrando combatividade e interesse na organização dos sindicatos a ela filiados, às vezes adotando posturas passivas ou, no mínimo, insuficientes frente a luta dos trabalhadores.

Para relembrar um desses episódios voltemos ao início de 2008, quando a General Motors (GM) de São José dos Campos prometeu investimentos para ampliar sua produção, com a contratação de 600 novos trabalhadores. Em troca, a empresa exigia do sindicato e do poder público redução de salários, implantação do banco de horas, redução de IPTU e ISS, dentre outras medidas. Por fim, ameaçou fechar a fábrica, com a demissão de seus cerca de 8 mil empregados, caso o sindicato e a prefeitura não cedessem às suas exigências. A prefeitura (PSDB), mais que depressa, prontificou-se a atender as reivindicações da empresa, caso os trabalhadores aceitassem cumprir sua parte no "acordo". O sindicato dos metalúrgicos de São José, ao contrário dos sindicatos de Taubaté e do ABC, foi para a luta, impediu a redução de salários, a implantação do banco de horas, além de fechar um acordo de investimentos na planta da GM de São José.

Episódio mais recente se deu na campanha salarial da categoria no último mês de setembro. Enquanto sindicatos cutistas ligados às montadoras precipitaram-se em aceitar propostas de reajuste oferecidas pelas fábricas (em média, cerca de 6,5%, dos quais 2% de aumento real), os trabalhadores da GM de São José deram início a uma série de paralisações de 24 horas na empresa, conquistando um aumento de 8,3% (3,7% de aumento real), com um abono de R$1.950,00 (contra R$1.500,00 negociados pelos sindicatos cutistas). Por fim, o acordo fechado ainda previu a reintegração de dois diretores sindicais demitidos pela montadora durante uma das greves na empresa. Outro acordo que também pressionou os sindicatos cutistas foi o conquistado pelos metalúrgicos de Campinas, que acertou 10% de reajuste, com aumento real de 5,32%.

O acordo mais vantajoso obtido pelos metalúrgicos de São José e Campinas, acabou forçando os demais sindicatos a reverem seus acordos (alguns já assinados), o que colocou a CUT numa posição difícil --para não dizer constrangedora-- frente a sua base. Assim, os trabalhadores de Taubaté deram início a uma greve de 24 horas na Volks e na Ford, levando a um novo acordo com as empresas, com abono extra de R$1.300.

Em matéria publicada recentemente no jornal *Valor Econômico*, Sérgio Nobre, presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, afirmou que "essa competição para ver quem conseguiu acordo maior é besta. Por que os sindicatos no Brasil, com tantas diferenças regionais e salariais, têm de ter o mesmo reajuste? Não faz o menor sentido!". Para muitos dirigentes cutistas o que distingue a ação sindical deste campo em relação a outras centrais sindicais é a aceitação do que se convencionou chamar de "práticas modernas", que, segundo eles, ampliam espaços de negociação com montadoras e governos. De fato, a direção majoritária da CUT nos últimos anos vem primando sua atuação mais em torno da negociação do que na mobilização da classe trabalhadora.

Esta primazia da negociação sobre a mobilização nas campanhas salariais conduzidas por sindicatos cutistas não se restringiu à categoria dos metalúrgicos. Também na base dos petroleiros tem-se observado esta tendência, onde sindicatos ligados à Frente Nacional dos Petroleiros (Conlutas), realizaram dois dias de uma greve nacional, com corte de produção, piquetes e mobilizações, forçando a Petrobras a abrir negociação com a categoria para se discutir uma pauta que nega a implantação do banco de horas, exige a paridade salarial entre ativos e inativos, aumento real de salários de 7,5%, pontos estes não contemplados na proposta de Acordo Coletivo apresentada à empresa pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), ligada à CUT.

É fundamental que a CUT retome sua tradição de lutas, reconquistando o espaço perdido nos últimos anos. Alguns passos vêm sendo dados nesta direção, como a realização de grandes atos públicos e o resgate de pontos históricos de sua pauta, como a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, mas é preciso avançar muito mais. ★

***Gino Genaro** é Diretor do Sindicato dos Servidores do Inpe e CTA (SindCT)

Página 13 publica, abaixo, uma "Carta Aberta" enviada pelo professor Theotonio dos Santos ao governador José Serra.

As trapalhadas de José Serra

Serra, você não vai conquistar a confiança do povo brasileiro com estes "argumentos". Isto é "politicagem" (e não Política) da pior qualidade. Agora que sabemos que a presença de Zelaya permitiu retomar o diálogo para a reconstitucionalização de Honduras, suas observações e de seus aliados se mostram uma grande "trapalhada".

Estimado Serra,

Você sabe que sou muito agradecido ao seu gesto solidário de negociar com a Embaixada do Panamá no Chile e transportar-me diante da violência dos golpistas chilenos. O fato de você naquele momento estar teoricamente protegido pela sua condição de funcionário internacional não diminui em nada sua coragem pessoal, ao ajudar a mim e ao outros companheiros ameaçados pelos oficiais golpistas. Sobretudo quando alguns dias depois você mesmo teve de se "abrigar" (como o presidente Manuel Zelaya) na embaixada da Itália, de onde saiu posteriormente para os Estados Unidos. Dias duros aqueles, com os que vivemos também no Brasil em 1964.

Por isto mesmo me amargam imensamente as suas declarações sobre as "trapalhadas" cometidas pelo governo brasileiro ao "abrigar" o presidente Zelaya, para que pudesse encaminhar a luta política para retomar materialmente o cargo que nunca abandonou, pois todos os países membros das Nações Unidas o consideram, em reunião da Assembléia Geral desta instituição, como o presidente legal de Honduras.

É impressionante ver como vários políticos e colaboradores da grande imprensa brasileira, além de seus editorialistas, contestam esta impressionante decisão unânime. É impressionante ver o tratamento que se dá ao presidente eleito de uma República amiga, aceitando versões abertamente mentirosas sobre uma suposta inconstitucionalidade de suas ações no poder, que justificariam um golpe de Estado contra ele.

Vejamos algumas destas mentiras incorporadas por políticos de seu partido e ao que tudo indica por você mesmo:

1- Segundo o Dr. Dalmo Dallari, por exemplo, em artigo publicado na Folha de S. Paulo, o presidente Zelaya teria desobedecido ao artigo constitucional (inclusive, de caráter pétreo) que proíbe a reeleição em Honduras, ao apoiar a realização de uma consulta popular sobre a conveniência de convocar um plebiscito, este sim vinculatório, sobre a realização de uma Assembléia Constituinte em Honduras.

A interpretação de que esta consulta conduziria a uma possível reeleição do presidente Zelaya é um absurdo lógico e jurídico, pois supõe que já se estaria votando no novo presidente da República, quando a população "opinaria" sobre a possibilidade de convocar um plebiscito. Era materialmente impossível que tal consulta tivesse algo a ver com a possibilidade de reeleição do presidente Manuel Zelaya, como se insinua e se pretende converter em fato jurídico anticonstitucional.

Zelaya nunca defendeu a sua reeleição e não propôs nenhuma ação neste sentido. Talvez se esteja tentando extrapolar de maneira absurda para o Presidente Zelaya as condutas de Uribe na Colômbia, Fujimori no Peru e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, entre vários outros, que sim conseguiram reformas constitucionais para permitir suas reeleições. Por que você aceitou estas mentiras Serra? Não vê que isto involucra seu partido e você pessoalmente? Isto sim me parece uma trapalhada. Além de aceitar uma versão mentirosa, pois Zelaya não faz parte desse grupo, você sim faz parte dele!

2- O professor Dalmo Dallari convalida uma versão mentirosa dos graves acontecimentos em Honduras. Segundo ele, o presidente Zelaya foi deposto pela Suprema Corte de Honduras. Não é verdade. O presidente Zelaya não foi "deposto" por ninguém. A Suprema Corte expediu uma ordem de prisão depois que ele foi substituído pelo Sr. Micheletti e expulso para Costa Rica.

O ato de "substituição" e não de demissão consistiu no seguinte: o Congresso de Honduras tomou conhecimento de uma carta falsa, lida pelo presidente do Congresso, na qual o Presidente Zelaya se demitia do seu cargo. Foi fundamentado nesta falsificação que se decidiu dar posse, no seu lugar, ao presidente do Congresso. Pretender que um ato fundado numa "falsificação ideológica" seja constitucional é uma afirmação indigna de qualquer constitucionalista.

Se houvesse algum ato legal de demissão nunca se teria necessitado uma carta falsa. O mesmo método foi usado em 2002 no golpe contra Hugo Chávez.

Resta a sempre repetida afirmação de que houve "excesso" em tirar Zelaya de sua casa de madrugada e de pijama. Fica sugerida a idéia de que teria sido constitucional, se o tivessem tirado de manhã e devidamente vestido, quando a Constituição hondurenha proíbe a extradição de seus cidadãos. Para políticos que conviveram com a expulsão de cidadãos brasileiros durante a ditadura militar, esta cláusula constitucional é muito "exagerada"... Você também acha isto Serra?

Em que consistiriam as trapalhadas do governo brasileiro, Serra? Ter "abrigado" o presidente constitucional de Honduras na sua embaixada? Permitir que ele se manifeste e negocie o restabelecimento de seu cargo, reconhecido pelo Brasil, OEA, Assembléia das Nações Unidas, esta seria a "trapalhada"?

Serra, você não vai conquistar a confiança do povo brasileiro com estes "argumentos". Isto é "politicagem" (e não Política) da pior qualidade. Agora que sabemos que a presença de Zelaya permitiu retomar o diálogo para a reconstitucionalização de Honduras, suas observações e de seus aliados se mostram uma grande "trapalhada".

É uma pena, Serra, que você (como tantos outros) abandonou os ideais de nossa juventude, para servir a causas tão mesquinhas. De qualquer forma, continuo agradecido a você por ajudar a salvar minha vida e de meus parentes e companheiros que se "abrigaram", como você terminou fazendo, nos territórios soberanos daqueles que usaram seu poder para salvar vidas humanas.

Do amigo, apesar de nossas diferenças,

Theotonio dos Santos

Feita de ferro e flor

Frida Gueier Zumbano, conhecida como Fró, faleceu no último dia 22 de outubro

*Breno Altman**

Morreu no dia 22 de outubro, aos 94 anos, Frida Gueier Zumbano, que todos conheciam como Fró. Judia e polonesa, nascida quando a Europa sangrava a primeira guerra mundial, adolescente ainda alistou-se nas fileiras do movimento comunista. O mundo vivia, então, os ventos de esperança e renascimento soprados pela revolução russa, liderada pelos bolcheviques. Assolada pela crise econômica de 1929 e a perseguição aos judeus, a família Gueier, como tantas outras, decidiu imigrar. Primeiro veio seu pai. Depois, Fró com três de seus irmãos. A mãe faleceu na Polônia. As irmãs mais velhas decidiram ficar. Militantes da resistência ao nazi-fascismo, foram assassinadas pela máquina de guerra e genocídio de Hitler.

Aqui no Brasil, vivendo desde 1931 em uma pequena cidade do interior paulista chamada Ipauçu, Fró e sua irmã Bela logo se vincularam à única célula comunista da cidade. Entraram em conflito com o pai, comerciante abastado, de formação humanista, mas homem religioso e contrário à opção ideológica das filhas. Romperam com a família, se mudaram para São Paulo e foram trabalhar como tecelãs em uma fábrica paulistana. Tornarem-se ativistas sindicais e militantes do Partido Comunista, apesar do português parco que tanto divertia seus companheiros de partido.

Um dia foi cumprir tarefa no Largo Padre Péricles, em Perdizes. Levava uma mensagem da direção estadual para um dos chefes do setor antimil, a divisão do partido encarregada do trabalho militar e da preparação das ações conspirativas e insurrecionais. Seu codinome, na época, era Iracema. Encontrou-se pela primeira vez com Guarani, cujo nome verdadeiro era Waldemar Zumbano, o Neno. Foi literalmente amor e companheirismo à primeira vista. Nunca mais se separaram.

Casaram-se na clandestinidade, em um cartório de rua, com testemunhas convocadas na calçada. Logo nasceu a filha, Raquel. Viviam de casa em casa, fugindo da reação da ditadura varguista à rebelião de 1935. Foram anos de prisão, tortura, assassinatos. Mas também de sonhos e lutas. Fró e Waldemar faziam parte de uma geração que esteve disposta a matar ou morrer pela grande causa revolucionária que sacudiu o século XX.

A revolução russa, força impulsionadora dessa geração, representava, então, o oposto da grande desconstrução operada depois de 1989. A União Soviética, primeira nação governada por um partido proletário, era símbolo de libertação, poder popular, desenvolvimento acelerado, justiça social, soberania, internacionalismo. Os feitos dos planos qüinqüenais, em um mundo mergulhado na crise de 1929, eram celebrados como uma vitória avassaladora do socialismo sobre o capital.

Os reflexos dessa formidável epopéia se fizeram sentir nos mais distantes rincões. No Brasil inspiraram a eclosão do movimento operário e a fundação do Partido Comunista. Jovens brasileiros, como Waldemar, ou europeus, como Frida, respondiam aos ventos outubristas com uma disposição ilimitada para entrar em combate.

Logo eclodiu a guerra contra o nazismo, que invadira a URSS em 1941. Waldemar e Frida, como tantos outros militantes comunistas, viveram aquele conflito como a maior das batalhas entre os povos e a tirania. Milhões e milhões depositavam suas esperanças nas tropas do Exército Vermelho. Quando findou a batalha de Stalingrado, com o nazismo derrotado e quebrado, para toda aquela geração havia triunfado o renascimento contra o obscurantismo, a democracia contra a ditadura, a esperança contra o terror.

Viveram até a velhice com os mesmos sonhos e compromissos. Simples, cultos, solidários, coerentes. Criaram a filha e ajudaram na educação dos três netos. Ainda tiveram tempo de cuidar dos seis bisnetos, alguns viram crescer. Foram exemplo inigualável de retidão, lealdade e coragem. Começaram a morrer quando viram as forças conservadoras e parte da própria esquerda celebrarem a restauração capitalista na União Soviética e seu derradeiro colapso.

Fró sobreviveu sete anos à morte da filha e cinco à do marido. Guardava para si o sofrimento e a dor. Para todos ao seu redor só tinha a entregar humor, carinho, apoio, ânimo. Junto à família ou na política. Eleitora do presidente Lula, sua primeira reação durante a crise de 2005, quando muitos mergulharam na confusão e no medo, foi indignar-se contra a ofensiva golpista e querer dar um abraço nos dirigentes que eram alvo da sanha direitista para sabotar o governo petista.

Depois de abandonar sua militância no PCB, no final dos anos 80, nunca mais se filiou a outro partido. Mas aprendeu a ter enorme simpatia pelo PT e suas lutas. Mesmo com o corpo já padecendo da idade, não perdia chance de se informar sobre a vida política, de manifestar sua opinião, de reagir contra as mentiras e intrigas da direita.

Atravessou a vida de um só lado do rio, da Polônia fascista ao Brasil desses tempos de mudança. Sempre com um comportamento absolutamente irrepreensível, moralmente, eticamente, politicamente. Certa vez, indagada por um de seus bisnetos se a vida tinha valido a pena, sorriu doce e melancólica. De seus lábios saiu um certo lamento: "Não fiz quase nada. Não fizemos a revolução."

Internada desde o dia 13 de outubro, faleceu às 20h do dia 22. Partia uma militante feita de ferro e flor. ★

***Breno Altman,** jornalista, neto de Frida Gueier Zumbano.

Cartaz soviético destaca participação das mulheres na Revolução Russa